

**LINHA DE COFINANCIAMENTO
PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE CONGRESSOS, COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E
ESTUDOS NOS DOMÍNIOS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO E AÇÃO HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA**

REGULAMENTO

Enquadramento

O Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., adiante designado por Camões, I.P., reconhece a importância do incentivo à geração de um pensamento crítico e da partilha de conhecimento, no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ação Humanitária e de Emergência

Igualmente reconhece a necessidade de contribuir para o surgimento de abordagens inovadoras sobre temas de manifesta importância para a consolidação, progresso e disseminação do conhecimento nos domínios estabelecidos no presente regulamento. Para o efeito estabeleceu uma linha de cofinanciamento destinada ao apoio à realização de congressos, colóquios, conferências, seminários e estudos.

O presente regulamento tem como objetivo tornar claros os processos de candidatura, avaliação e concessão dos referidos apoios financeiros

O apoio do Camões, I.P. é atribuído a título de comparticipação nos encargos com a organização das iniciativas ou com a publicação dos respetivos produtos. Excluem-se, por conseguinte, iniciativas que visem a obtenção de financiamento integral.

Artigo 1º

Objeto

1. O presente Regulamento define as condições de acesso à Linha de Cofinanciamento para apoio, por parte do Camões, I.P., à organização de congressos, colóquios, conferências, seminários, adiante designados por “Congressos”, e à realização de Estudos, tendo em vista o estímulo à produção, difusão, partilha e consolidação do conhecimento, nas áreas de atuação da Cooperação Portuguesa

Artigo 2º

Entidades Candidatas

1. Podem candidatar-se Organizações portuguesas de direito privado sem fins lucrativos devidamente constituídas, instituições públicas e Redes e Plataformas que atuem na área da Cooperação Portuguesa.
2. No caso de Congressos e Estudos a desenvolver por várias instituições associadas, deverá ser indicada a responsabilidade de cada uma e identificada a Entidade Beneficiária.
3. À Entidade Beneficiária cabe a coordenação e a interlocução com o Camões, I.P., em nome de todos os intervenientes.
4. Só são consideradas candidaturas apresentadas pelas instituições responsáveis pela organização dos Congressos e Estudos.

Artigo 3º

Admissibilidade e elegibilidade

1. Os Congressos e os Estudos submetidos à presente linha devem obrigatoriamente ter lugar nos 12 meses subsequentes à data da comunicação do apoio por parte do Camões, I.P..
2. São considerados indispensáveis os seguintes critérios:
 - i. A Organização ter um plano de atividades, no qual se enquadre a iniciativa submetida a cofinanciamento;
 - ii. A Organização ter experiência na preparação de iniciativas na área em que se propõe atuar, e apresentar elementos suscetíveis de facilitar a avaliação da sua capacidade de execução, nomeadamente em termos de monitorização, avaliação e controle de gestão financeira, incluindo processos de parceria capazes de garantir uma aprendizagem mútua e a qualidade dos meios de controlo;
 - iii. A Organização demonstrar um conhecimento das áreas, metodologias e grupos-alvo com os quais trabalha e/ou se propõe trabalhar, de forma a ser possível avaliar a sua capacidade e experiência na execução, individual ou em parceria nos domínios em que se propõe atuar.
 - iv. A Organização ter os seus compromissos com o Camões, I.P. regularizados, no que diz respeito à apresentação de relatórios e à prestação de contas relativos a apoios anteriores, de modo a que esteja assegurada uma relação transparente com o financiador;
 - v. A Organização ter em dia os seus compromissos com a Segurança Social e com a Autoridade Tributária, devendo ser apresentados os respetivos comprovativos;
3. As iniciativas deverão decorrer no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, da Educação para o Desenvolvimento e da Ação Humanitária e de Emergência.

4. Dar-se-á prioridade a iniciativas que abordem a matérias transversais, com especial enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo presente a realização do objetivo fundamental de contribuir para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de Direito, com destaque para a promoção de igualdade de género e para a promoção e defesa dos direitos das crianças e dos mais vulneráveis.

Artigo 4º

Apoio financeiro

1. O montante do apoio financeiro a conceder é determinado pelo Camões, I.P. até ao limite máximo de 75% dos custos totais, não podendo, no entanto, ultrapassar a quantia de 20 mil euros por candidatura aprovada.
2. O apoio financeiro acordado só será executado quando a Entidade Beneficiária, mediante a assinatura do Termo de Aceitação nos termos do nº 3 do artigo 8º do presente Regulamento, se comprometa em como tem reunidas todas as verbas necessárias à concretização do Congresso e/ou do Estudo nos termos aprovados.

Artigo 5º

Elegibilidade das despesas

1. Não são suscetíveis de financiamento as despesas com:
 - a) Gratificações, complementos de reforma e outros encargos sociais adicionais;
 - b) Imposto sobre o valor acrescentado ou equiparável, sempre que possa ser considerado dedutível por força da legislação aplicável;
 - c) Outros impostos, contribuições e taxas, salvo se forem efetiva e definitivamente suportados no âmbito da execução do Colóquio e Estudo;
 - d) Despesas de representação;
 - e) Encargos financeiros, tais como juros, ágios, diferenças de câmbio, garantias e comissões bancárias e outras despesas meramente financeiras;
 - f) Multas e penalidades de qualquer natureza e encargos com processos judiciais;
 - g) Aquisição de mobiliário e outros equipamentos administrativos;
 - h) Trabalhos realizados pelo promotor ou executor para si próprio, classificáveis na rubrica do POC “Trabalhos para a própria empresa”;
 - i) Custos internos de funcionamento das entidades promotoras ou executoras;
 - j) Despesas com viagens de avião em classe executiva ou superior;
 - k) Despesas com estadia em estabelecimento hoteleiro superior a 3 estrelas
 - l) Remunerações ou honorários permanentes;
 - m) Amortização de equipamentos;

- n) Manutenção de equipamentos;
 - o) Aquisição ou arrendamento de espaços;
 - p) Encargos com dívidas;
 - q) Aquisição de publicações;
 - r) Funcionamento corrente das instituições, como sejam gastos de água, eletricidade e gás, telefone, etc.;
 - s) Custos indiretos;
 - t) Outras rubricas consideradas não enquadradas na execução dos Colóquios e Estudos, supérfluas ou excessivas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o orçamento global e discriminado da iniciativa deve apresentar a totalidade das despesas que lhe estão afetas.
 3. Na elegibilidade das despesas relativas às ajudas de custo (necessárias para a realização das iniciativas) deverá ser considerada a tabela específica de cada organização proponente, tendo como limite máximo o montante das ajudas de custo aplicáveis na Administração Pública Portuguesa.
 4. As despesas devem, não só obedecer aos princípios da boa gestão e racionalidade económica, em particular na relação custo/benefício, como também observar o respeito pelas regras do mercado e da total transparência na Aquisição de Bens e Serviços, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 6º

Candidatura

1. A abertura da linha de cofinanciamento será publicitada no sítio do Camões, I.P. e em outros meios de comunicação que se considerarem pertinentes.
2. A linha de cofinanciamento terá uma edição anual.
3. As candidaturas devem ser redigidas em língua portuguesa, sem serem agrafadas nem encadernadas e entregues por uma de duas vias: em mão nas instalações do Camões, I.P., sitas na Rua Rodrigues Sampaio, nº 113, 1150-279 Lisboa ou enviadas por correio registado.
4. Deve ser entregue um original da candidatura acompanhado de uma versão digital do formulário, preferencialmente em Word, juntamente com os seguintes anexos, no seu formato original (Word ou Excel, conforme o caso):
 - Anexo I
 - I. Descrição detalhada das despesas
 - II Plano de financiamento
 - Anexo II: Cronograma de atividades
5. Apenas são admitidas na linha de cofinanciamento, as candidaturas apresentadas no formulário próprio disponível no sítio do Camões, I.P., devidamente preenchido, que reúnam os requisitos exigidos no presente Regulamento.

6. Um resumo da iniciativa, a preencher no formulário, deve ser apresentado em português tendo em vista a eventual inclusão no sítio do Camões, I.P..

Artigo 7º

Avaliação e seleção

1. A verificação dos requisitos de admissibilidade e elegibilidade das candidaturas é efetuada pelo Camões, I.P..
2. As candidaturas que não se encontrem devidamente instruídas à data de avaliação não serão consideradas.
3. Para cada candidatura selecionada podem ser recomendadas pelo Camões, I.P. eventuais modificações.
4. No âmbito do processo de avaliação e seleção, pode também ser sugerida a colaboração entre organizações e iniciativas.

Artigo 8º

Critérios de avaliação

1. Na avaliação das candidaturas estarão presentes os seguintes critérios:
 - a) A adequação da iniciativa aos objetivos da linha de cofinanciamento, conforme definido no Artigo 1º e tendo em vista a realização de iniciativas que apresentem abordagens inovadoras sobre temas de manifesta importância para a produção, consolidação, difusão e partilha do conhecimento nos domínios estabelecidos no presente regulamento;
 - b) A experiência dos oradores, moderadores, investigadores e demais especialistas envolvidos, bem como qualidade e mérito dos trabalhos submetidos a linha de cofinanciamento;
 - c) A adequação dos custos apresentados;
 - d) O mérito, originalidade, planeamento, organização, divulgação, resultados esperados, nomeadamente quanto à atividade científica (publicações, atas) e respetiva difusão;
 - e) A relevância do Congresso e/ou Estudo, atualidade dos temas, multidisciplinaridade e importância para outras áreas temáticas, nomeadamente, para a projeção e desenvolvimento de futuras atividades;
 - f) A ausência de sobreposição de objetivos face a outras iniciativas em curso.
2. Serão valorizadas as candidaturas cujas propostas reflitam a colaboração entre instituições e o desenvolvimento do trabalho em rede e que permitam, dessa forma, a rentabilização de recursos e o maior impacto das ações a realizar.
3. Será necessária a demonstração de que todas as verbas não solicitadas ao Camões, I.P. se encontram garantidas no momento da candidatura, sendo necessária a apresentação do respetivo plano de financiamento.

Artigo 9º

Processo de decisão

1. Após o encerramento da linha de cofinanciamento, nos termos do nº 2 do artigo 6º, a apreciação das candidaturas e o processo de aprovação pelo Camões, I.P. deverá estar concluído num prazo máximo de 60 dias.
2. A decisão será comunicada a todas as entidades candidatas e a listagem das iniciativas aprovadas será publicada no sítio do Camões, I.P..
3. Dada a existência de limites orçamentais, o Camões, I.P. reserva-se o direito de aprovar, de entre as candidaturas que reúnam todos os critérios de elegibilidade, as que considera prioritárias para atingir os objetivos da Cooperação Portuguesa.
4. Após a notificação da aprovação deverá ser submetido ao Camões, I.P., num prazo de 20 dias, o Termo de Aceitação assinado por quem represente legalmente a Entidade Beneficiária.
5. No Termo de Aceitação é fixada a calendarização de apresentação do relatório de execução, assim como a do pagamento a efetuar por parte do Camões, I.P..

Artigo 10º

Alterações ao projeto

1. Não serão permitidas alterações que se considerem de fundo, designadamente: objetivos, resultados, público destinatário, parceiros.
2. Alterações significativas quanto ao calendário de execução do projeto, às atividades previstas, ao orçamento ou ao plano de financiamento devem ser previamente comunicadas ao Camões, I.P. e fundamentadas com informação detalhada que sustente a necessidade da alteração, e deverão ser autorizadas pelo Camões, I.P..

Artigo 11º

Pagamentos

1. Os pagamentos do apoio financeiro são efetuados por transferência bancária para a Entidade Beneficiária.
2. No Termo de Aceitação, o Camões, I.P. proporá à Entidade Beneficiária um calendário de pagamentos do financiamento aprovado.
3. Não obstante o disposto no número anterior, e independentemente do valor aprovado a título de financiamento, a Entidade Beneficiária apenas receberá os valores correspondentes às despesas elegíveis por si efetivamente realizadas e justificadas.

4. Caso os pagamentos efetuados nos termos dos números anteriores excedam o valor das despesas efetivamente realizadas pela Entidade Beneficiária na realização da iniciativa, esta obriga-se a devolver ao Camões, I.P. o valor excedente.

Artigo 12º

Regras de Visibilidade e Divulgação do Apoio

1. A Entidade Beneficiária é responsável por assegurar a visibilidade e necessária divulgação do apoio concedido pelo Camões, I.P. ao longo do processo decorrente da organização da iniciativa, bem como em todos os materiais de divulgação produzidos, com a inclusão do respetivo logótipo e de acordo com o Manual de Normas Gráficas e Identidade Visual do Camões, I.P. fornecido no sítio do Camões, I.P. em:
<http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/sala-de-imprensa/manual-normas-graficas>
2. Antecedendo a realização da iniciativa em questão, a entidade beneficiária deverá enviar ao Camões, I.P. comprovativo de que foi cumprido o estipulado no número anterior.

Artigo 13º

Obrigações da Entidade Beneficiária

1. A Entidade Beneficiária deve apresentar um relatório nos termos do modelo definido, após o encerramento do Congresso e/ou do Estudo, no prazo de 30 dias, anexando fotografias e demais materiais produzidos no âmbito do encontro, (cartazes, programas, etc.) e dossiê de imprensa, quando aplicável.
2. O relatório deve ser constituído por duas partes, uma relativa à atividade desenvolvida e outra referente à respetiva execução financeira, devendo os mesmos ser elaborados de acordo com as regras definidas no documento de apresentação de Relatório e Contas, disponível no sítio do Camões, I.P..
3. A Entidade Beneficiária concede ao Camões, I.P. o direito de poder divulgar a iniciativa aprovada e as suas conclusões gerais.

Artigo 14º

Acompanhamento e controlo

1. As iniciativas aprovadas podem ser objeto de ações de acompanhamento e controlo efetuadas pelo Camões, I.P. ou por entidades por ele designadas.
2. O dossiê do processo, a manter na Entidade Beneficiária, deve ser constituído pelos seguintes elementos:
 - a) Formulário de candidatura e respetivos anexos;
 - b) Comunicação da decisão de aprovação;

- c) Termo de Aceitação;
 - d) Pedido de alteração à iniciativa e respetiva decisão, quando aplicável;
 - e) Cronograma de atividades;
 - f) Cópia dos documentos de despesa, relativamente aos gastos gerais do projeto;
 - g) Documentação relativa à divulgação dos apoios recebidos.
4. Os processos técnico-financeiros devem manter-se permanentemente atualizados.

Artigo 15º

Rescisão do contrato de participação financeira

1. Por causa imputável à Entidade Beneficiária, o Camões, I.P. poderá cancelar o financiamento atribuído, designadamente por incumprimento do presente Regulamento, ou de outros compromissos assumidos para com o Camões, I.P., ou ainda pela recusa da prestação de informações relevantes.
2. Em caso de rescisão do contrato, a Entidade Beneficiária é obrigada a repor as importâncias recebidas, no prazo de 60 dias a contar da data do recebimento da respetiva notificação.

Artigo 16º

Esclarecimentos e contactos

Quaisquer dúvidas respeitantes a este linha de cofinanciamento poderão ser esclarecidas através do sítio do Camões, I.P..

Artigo 17º

Política de Privacidade e Proteção de Dados

O Camões, I.P. procede à recolha, utilização, registo e tratamento dos dados pessoais fornecidos no âmbito da respetiva candidatura nos termos do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD) e da Política de Privacidade, disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/transparencia/info-rgpd>

Artigo 18º

Disposições finais

Em situações omissas no presente Regulamento prevalecerá a decisão tomada pelo Camões, I.P..